

SOBRE RACISMO E TERAPIA: CONVITES CONSTRUCIONISTAS SOCIAIS DE UMA PSICÓLOGA NEGRA

SOBRE RACISMO Y TERAPIA: INVITACIONES CONSTRUCTIVISTAS
SOCIALES DE UNA PSICÓLOGA NEGRA

JOANA JOSÉ
ALVES

Anexa – NUFAC
(Núcleo de Família e
Comunidade da PUC-SP),
São Paulo, SP, Brasil.

ON RACISM AND THERAPY: SOCIAL CONSTRUCTIONIST INVITATIONS
FROM A BLACK FEMALE PSYCHOLOGIST

RESUMO: Considerando a ênfase construcionista social na interface entre processos microsociais e discursos macrosociais, este artigo tem como objetivo convidar meus colegas psicólogos e terapeutas familiares à reflexão sobre o racismo e a prática terapêutica. Faço isso no diálogo entre teoria e minha experiência vivida como profissional negra em um meio predominantemente branco. Para isso, ofereço três convites complementares, a partir do Construcionismo Social. No convite a um olhar histórico, investigo a construção social do racismo e seus impactos em nossa sociedade, sobretudo considerando nossas práticas clínicas. No convite à construção de identidades preferidas, analiso como as questões raciais participam do senso de identidade de terapeutas e clientes. No convite ao diálogo, reflito sobre formas de produzir contextos férteis de construção de sentidos e transformação de nossas práticas em direções antirracistas.

Palavras-chave: terapia, terapia familiar, Construcionismo Social, racismo.

ABSTRACT: Considering the social constructionist emphasis on the interface between microsocial processes and macrosocial discourses, this article aims to invite my fellow psychologists and family therapists to reflect on racism and therapeutic practice. This is done by means of a dialogue between theory and my lived experience as a Black professional in a predominantly white environment. To this end, I offer three complementary invitations, based on social constructionism. In the invitation to a historical perspective, I investigate the social construction of racism and its impacts on our society, especially considering our clinical practices. In the invitation to the construction of preferred identities, I analyze how racial issues participate in the sense of identity of therapists and clients. In the invitation to dialogue, I reflect on ways of producing fertile contexts for constructing meanings and transforming our practices in anti-racist directions.

Keywords: therapy, family therapy, social constructionism, racism.

RESUMEN: Considerando el énfasis del construcionismo social en la interfaz entre los procesos microsociales y los discursos macrosociales, este artículo tiene como objetivo invitar a mis colegas psicólogos y terapeutas familiares a reflexionar sobre el racismo y la práctica terapéutica. Lo hago en el diálogo entre la teoría y mi experiencia vivida como profesional negra en un entorno predominantemente blanco. Para ello, ofrezco tres invitaciones complementarias, basadas en el construcionismo social. En la invitación a una perspectiva histórica, investigo la construcción social del racismo y sus impactos en nuestra sociedad, considerando especialmente nuestras prácticas clínicas. En la invitación a la construcción de identidades preferidas, analizo cómo las cuestiones raciales participan en el sentido de identidad de terapeutas y clientes. En la invitación al diálogo, reflexiono sobre formas de producir contextos fértiles para construir significados y transformar nuestras prácticas en direcciones antirracistas.

Palabras clave: terapia, terapia familiar, construcionismo social, racismo.

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i81.824>

Recebido em: 25/11/2024
Aceito em: 18/03/2025



Na África, especialmente na região de Benin, existem lugares de memória muito significativos relacionados ao tráfico de escravos. Um dos mais importantes é o *Forte de São João de Ajudá* (Uidá), construído pelos portugueses em 1580 e que foi um ponto crucial no comércio de escravos; atualmente, é um museu que preserva essa memória histórica. No local, há o *Portal do Não Retorno*, uma estrutura de cerca de quinze metros de altura em que estão esculpidas figuras de escravos acorrentados caminhando em direção ao mar, simbolizando a última visão que os escravos tinham da África antes de serem levados para as Américas. Próximo ao portal, também se encontra a *Árvore do Esquecimento*, em torno da qual os escravos eram forçados a dar voltas para “esquecer” suas identidades antes de embarcarem nos cativeiros (Gomes, 2019).

Esse local simboliza que o esquecimento e o silenciamento das histórias das pessoas negras foram estratégias utilizadas para a sua colonização e consequente desumanização. Por conseguinte, a memória e a fala são importantes elementos no resgate da humanidade negra. Sou uma mulher negra. Sou psicóloga e terapeuta familiar. Em uma infinidade de ocasiões, fui a única, ou uma das poucas profissionais negras presentes em meu contexto de trabalho, sempre predominantemente brancos. A discussão sobre o racismo em nossas práticas terapêuticas aconteceu em apenas algumas raras oportunidades e, nessa mesma linha, em uma pesquisa com o termo racismo ou negritude no site da Revista Nova Perspectiva Sistêmica, apenas o artigo de Franceschi e Santos (2022) aparece.

Conheci o Construcionismo Social através da minha formação como terapeuta familiar sistêmica. Foi a partir dessa lente que comecei a encontrar possibilidades de refletir sobre como trabalhar com questões referentes ao racismo estrutural em minhas práticas terapêuticas, considerando minha identidade e história, assim como a de meus clientes. Em minha experiência na área, percebo que dialogar sobre racismo é um grande desafio, especialmente quando se busca manter o interesse, a empatia e a atenção das pessoas envolvidas. Muitas vezes, o tema é recebido com resistência, desinteresse, ou com expressões que minimizam sua importância.

Em muitos casos, o assunto se esgota rapidamente, sem um aprofundamento real, ou a discussão é naturalizada e superficial. Por vezes, há silêncio e olhares que procuram aliança dentro do grupo, como se falar sobre isso fosse cansativo. Às vezes, surgem até pedidos de desculpa como uma forma coercitiva silenciadora, fruto desta estrutura histórica de racismo, acompanhada de olhares vazios, mostrando a decepção de quem tenta passar a mensagem ao perceber o desinteresse do grupo.

Meu objetivo neste texto é convidar meus colegas psicólogos e terapeutas familiares à reflexão sobre o racismo e a prática terapêutica a partir de uma perspectiva construcionista social (Gergen & Gergen, 2010; McNamee, Rasera & Martins, 2024) e em diálogo com minha experiência vivida como profissional negra em um meio predominantemente branco. Para isso, me baseio em uma leitura teórica construcionista social e ofereço, em três vertentes complementares, diferentes convites: (a) a um olhar histórico sobre o racismo, (b) à construção de identidades preferidas e (c) ao diálogo, pensando formas de produzir contextos férteis de construção de sentidos e transformação de nossas práticas em direções antirracistas. Minha esperança é que este texto seja um convite a meus colegas brancos, para criarmos espaços de troca que permitam a construção conjunta de novas perspectivas sobre a raça em nossa profissão.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO CONVITE A UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE O RACISMO

De acordo com Gergen e Gergen (2010), o Construcionismo Social argumenta que o conhecimento é produzido através de interações sociais e que as realidades são

construídas conjuntamente. Aplicando esse conceito ao racismo, podemos entender que a construção de identidades raciais está profundamente enraizada em práticas e discursos sociais que perpetuam desigualdades. Isso chama atenção para a relevância de práticas terapêuticas serem sensíveis aos contextos históricos e sociais nos quais as pessoas existem, afinal, processos microssociais e discursos macrossociais são inseparáveis (McNamee *et al.*, 2024). Para o argumento deste artigo, o Construcionismo Social nos convida, como profissionais da área, a examinar como as narrativas sobre a negritude são construídas e perpetuadas na sociedade atravessada pelo racismo.

CONSTRUÇÃO SOCIAL E RACISMO

O racismo é uma questão histórica complexa que evoluiu ao longo dos séculos, assumindo diferentes formas, desde a escravidão e o colonialismo até o racismo estrutural e institucional que ainda persiste em muitas sociedades contemporâneas. Durante o período colonial, especialmente com o tráfico transatlântico de escravos, milhões de africanos foram capturados e levados para as Américas para trabalhar em condições desumanas. A escravidão foi justificada por teorias pseudocientíficas que afirmavam a inferioridade dos negros e de outros grupos não-europeus. Esse sistema foi responsável pela criação de uma hierarquia racial rígida que perdurou por séculos (Ribeiro, 2019).

Racismo é um “substantivo masculino de preconceito e discriminação, direcionados a quem possui uma raça ou etnia diferente, geralmente se refere à segregação racial” (Dicio: Dicionário Online de Português, 2024). O processo colonial europeu estruturou a sociedade com base em uma hierarquia racial. Esse processo não apenas explorou economicamente, mas também construiu uma ideologia que justificava a desumanização dos negros. O racismo, portanto, pode ser entendido como uma herança direta da colonização, cujas consequências são inúmeras e atravessam gerações, especialmente quando se analisam os dados históricos da população negra em relação à desigualdade estrutural e à marginalização. A sociedade brasileira é condicionada por esses discursos e construções coloniais, refletidos em um racismo “cordial”, mascarado pelas instituições (Bento, 2022; Ribeiro, 2019).

De acordo com dados de pesquisa, 92% dos brasileiros acreditam que não há racismo no Brasil, enquanto apenas 1,3% se declara racista. Além disso, 68,4% dos adultos já presenciaram um branco chamando um negro de “macaco”, sendo que apenas 12% tomaram alguma atitude diante dessa agressão racista. Um em cada seis homens afirmou que não gostaria de ver suas filhas casadas com negros (Borges, 2019). De acordo com Almeida (2020):

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. Portanto o racismo é um sistema de opressão que nega os direitos não é um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante (...) O racismo não necessita de intenção para se manifestar. Por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral ou juridicamente culpado ou responsável por sua manutenção, a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo; depende, antes de tudo, da tomada de postura e da adoção de práticas antirracistas. (p. 12 e 13)

Observando os números das pesquisas atuais, observamos que o povo negro ainda é maioria no número de encarcerados, de serviços braçais e de desempregados. Por outro lado, é minoria no acesso à educação, sendo que a evasão escolar é muito maior na população negra, que mal termina o ensino secundário (Borges, 2019).

É possível pensar em um condicionamento implícito nas matrizes que sustentam a ideologia do racismo, naturalizando as formas de pensar da população branca sobre a questão racial. Ao não se atentar para essas questões macrossociais que fazem parte da exclusão histórica e estrutural da população negra, o foco recai sobre a punição ou julgamentos, como se fossem transgressões impulsivas. Vale lembrar que, ao trazer um dado ou um fato, não se está negando outros prismas de transgressão. A ideia aqui é refletir sobre como essas construções ideológicas se formam e se transformam em referenciais naturalizados de uma sociedade que passa a enxergar a pessoa negra como ruim, má e inferior (Almeida, 2020).

A nossa cegueira em relação ao papel que desempenhamos na manutenção de processos de opressão em geral, e do racismo especificamente, é alarmante. Muitas vezes, acreditamos que esses discursos e comportamentos são apenas reflexos naturais do mundo em que vivemos (Almeida, 2020). Essa percepção nos leva a abdicar da responsabilidade de analisá-los criticamente, permitindo que continuem a existir sem contestação. O convite construcionista à análise histórica da construção social nos permite olhar com estranhamento para o que é dado como certo e, a partir daí, observar como somos parte da construção e manutenção do racismo. Somos também convidados a repensar nossas práticas e como transformar esses entendimentos tão prejudiciais para a maior parte de nossa população.

IMPLICAÇÕES CLÍNICAS DO CONVITE AO OLHAR HISTÓRICO

As crescentes desigualdades sociais e violências identitárias na cultura contemporânea apresentam desafios para a terapia, exigindo a reflexão sobre práticas socialmente justas e culturalmente sensíveis em diferentes contextos (McNamee *et al.*, 2024). Que implicações o convite construcionista social a um olhar histórico sobre o racismo traz para a terapia?

Em primeiro lugar, há um convite para que terapeutas não-negros reflitam sobre suas concepções naturalizadas acerca da racialidade. Além disso, esses terapeutas são convidados a refletir sobre seu próprio lugar no mundo e o lugar das pessoas que atendem. As pessoas têm múltiplas localizações sociais, cada uma com implicações identitárias diferentes, e, por esse meio, combinam-se as marcas de gênero, raça e orientação sexual, com a consequente diversidade de experiências e sofrimentos sociais. No encontro terapêutico, todas essas marcas estão presentes e é prudente e necessário que sejam reconhecidas (McNamee *et al.*, 2024).

O racismo nem sempre acontece de maneira explícita. É frequente que sua presença nas vidas de pessoas negras aconteça de forma velada, invisibilizado pelas bases macroestruturais da sociedade (Ribeiro, 2019). Na terapia, isso pode tornar difícil reconhecer os cenários de opressão que o cliente enfrenta. Ao acolher uma pessoa que está lidando com os efeitos do racismo em sua vida, é possível que o terapeuta branco, ainda que de forma irrefletida, naturalize o que o paciente está trazendo e, portanto, não tome o racismo como seu objeto de reflexão e conversa com o cliente. Os diálogos ali construídos podem ficar na superfície, o que pode fazer com que a pessoa negra continue sem ter oportunidade de criar novas narrativas de pertencimento social.

É um trabalho sensível, que exige do terapeuta não apenas empatia, mas também autocrítica e um compromisso constante de desconstrução de suas próprias crenças,

a fim de acolher genuinamente as dores que o racismo provoca. Nesse contexto, o processo terapêutico se torna um espaço não só de buscar uma cura ou mudança direcionada às queixas explícitas dos clientes, mas também aberto a novas construções de compreensão e enfrentamento a essas estruturas veladas que continuam a perpetuar o sofrimento.

Imagine a seguinte situação: um cliente negro relata a seu terapeuta que se sente inadequado e inferiorizado nos ambientes que frequenta, especialmente no campo profissional. Ele percebe que, apesar de realizar o dobro das tarefas que seus colegas, não consegue acompanhar seu progresso. Muitas vezes, sente-se injustiçado ao ver seus colegas sendo promovidos, enquanto ele permanece no mesmo lugar, com um sentimento de estagnação.

A título de ilustração, aqui estão algumas possibilidades de reflexão que poderiam orientar a conversa terapêutica com esse cliente. Estas ideias surgem tanto dos contextos teóricos aqui apresentados quanto de conversas reais que tenho com meus clientes negros diariamente e são informadas pela noção de que o sofrimento que relata não é um fenômeno individual, mas está atravessado pela marca histórica do racismo na sociedade em que vivemos:

1. Considerando os efeitos da colonização racial, como o posicionamento em que o negro, em comparação ao homem branco, tende a ser avaliado principalmente por sua força física, bem como as dificuldades enfrentadas pela pessoa negra. A falta de pertencimento reflete na conscientização do autocuidado, seja físico ou mental.
2. Essas construções estão atreladas à sua situação histórica de escravidão e à doutrinação para serviços forçados e braçais. Até hoje, é comum ouvirmos expressões como “forte como um animal”, “touro” ou “mula”. Esses aspectos levam não só a sociedade, mas também o próprio sujeito negro, a negligenciar suas emoções. Diante dessas reflexões, não se trata apenas de uma questão financeira, mas a própria construção de identidade muitas vezes não inclui o cuidado de si como necessário.
3. Quando a população negra se candidata a uma vaga de trabalho, torna-se difícil competir devido ao déficit educacional, além da falta de acesso a aprendizagens extracurriculares, como o estudo de uma língua estrangeira, exigido pela maioria das empresas. O que resta como consequência dentro desse cenário são trabalhos que exijam uso intelectual menor, como por exemplo, cozinheira, faxineira, chão de fábrica, entre outros. Não que essas funções não sejam dignas e necessárias, mas as oportunidades se tornam muito restritas para quem ousa sonhar em exercer outras profissões.

O Construcionismo Social, aqui, convida a uma compreensão coletiva e social do sofrimento. A experiência individual do cliente é entendida também a partir de sua inserção em discursos macrosociais da sociedade. Por um lado, para conduzir tal investigação, a postura do “não saber” pode ser uma importante aliada (Anderson, 2016). Ela ajuda o terapeuta a focar em como o cliente constrói sentidos sobre suas queixas, sem impor interpretações *a priori por parte* do terapeuta; por outro lado, é preciso que o terapeuta saiba da importância desses discursos dominantes na construção da história pessoal do cliente, evitando individualizar culpas de questões que são históricas (White, 2012). Isso significa que a conversa terapêutica buscará compreender o contexto histórico e social no qual o cliente está inserido, identificando o que é meu (terapeuta), o que é seu (cliente) e o que pertence aos outros (histórico, coletivo, estrutural).

O objetivo é entender o que está ancorando o sofrimento do cliente de forma mais ampla, para além das questões individuais que ele verbaliza. O “não saber” aqui refere-se a não impor ao cliente uma interpretação do seu sofrimento baseada em uma visão individualizada ou descontextualizada do contexto racial e histórico que ele traz. Partimos, assim, da visão da terapia como um empreendimento cultural e, portanto, uma prática histórica e social politicamente implicada na construção de mundos (McNamee *et al.*, 2024).

CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO CONVITE À CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PREFERIDAS

O Construcionismo Social enxerga a identidade como um fenômeno relacional e dinâmico, que se faz e refaz nas interações cotidianas das pessoas, conforme se posicionam e são posicionadas de determinadas maneiras no tecido social. Esses processos microssociais de posicionamento acontecem sempre como parte de discursos macrossociais mais amplos. A identidade, portanto, é um fenômeno social (Harré & van Langenhove, 1999). Com esse entendimento, voltamos nossa atenção para o racismo e os aspectos que envolvem a construção da identidade.

RACISMO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Na cidade onde nasci, em Tocantins, no fim da década de 1970, pequenos agricultores viviam isolados em seus sítios, sem acesso a escolas ou estradas que ligassem à cidade. Naquele período, era comum que, quando os filhos desses agricultores completassem dez ou doze anos de idade, fossem levados para as casas de fazendeiros ricos, geralmente brancos, com a promessa de que seriam matriculados na escola. No entanto, nem sempre esses acordos eram cumpridos. Esses filhos acabavam permanecendo por anos nas casas dos fazendeiros, trabalhando em troca de comida, sem muitas diferenças dos trabalhos realizados por escravos. Essas crianças eram frequentemente punidas sob o pretexto de estarem sendo “educadas”, mas, na verdade, sofriam castigos por serem apenas crianças. Não podiam brincar, e muitas vezes eram responsabilizadas pelos erros dos filhos dos patrões. Essas crianças serviam também como entretenimento e recreação para os filhos dos patrões. Levados pelas dificuldades de suas famílias, muitas vezes esses pais não voltavam para ver os filhos, que acabavam se acostumando com a vida que lhes era imposta. As formas de desigualdade e crueldade no tratamento dessas crianças eram desumanas. Durante uma fase crucial de desenvolvimento, elas aprendiam que seu lugar no mundo era servir ao outro. Fui uma dessas crianças.

Recentemente, participei de um evento na área de Psicologia em que uma dinâmica envolvia cantar uma canção de ninar. Em determinado momento, alguém na plateia começou a cantar “O Boi da Cara Preta”. Logo em seguida, uma pessoa gritou, pedindo para escolher outra música; no entanto, ninguém deu muita atenção ao pedido. Com um olhar mais atento e crítico, podemos perceber que muitas das letras de canções tradicionais e do folclore trazem representações negativas do povo negro. Essas representações, carregadas de conotações históricas, muitas vezes refletem a negatividade associada ao período da escravidão e à marginalização dos negros na sociedade.

Essas duas histórias pessoais têm em comum um mesmo problema social profundo, no qual a história da colonização se entrelaça a histórias de identidade, tanto

as minhas como as de todas as pessoas negras (Fanon, 2020; Franceschi & Santos, 2022; Ribeiro, 2019). Imagine como essas jornadas poderiam ter sido diferentes se, quando os navios com o povo negro tivessem chegado ao Brasil, oportunidades de vida digna e decente tivessem lhes sido oferecidas.

Metaforicamente, os escravizados foram trazidos em navios que naufragaram suas vidas. Eles seguiram um destino sem bússola e, ao encontrar uma terra para ancorar, suas vidas foram para sempre marcadas pela ideia de inadequação. Os heróis negros, que deixaram um legado de força, muitas vezes permanecem invisíveis, pois não têm um lugar onde suas histórias sejam contadas, onde suas músicas sejam cantadas. Muitos ainda hoje procuram essa terra de oportunidades, um lugar onde possam ser reconhecidos.

O racismo está enraizado não apenas nas ações explícitas, mas também nas micro-agressões, nas palavras e nas tradições que perpetuam uma visão negativa da negritude. Essas narrativas influenciam a maneira como a identidade negra é construída e percebida, tanto pela própria pessoa negra quanto pela sociedade em geral. Ignorar essas dinâmicas é perpetuar o ciclo de exclusão e opressão. Como apontado por Almeida (2019), a identidade racial no Brasil foi construída em um contexto de subordinação, onde o negro é visto através de uma lente que distorce e marginaliza sua existência com ser humano. Nas palavras de Borges (2019): “o racismo retira o sujeito de si mesmo” (p. 54).

Outro ponto importante é como ouvimos as narrativas negras. É muito comum que ocupemos o lugar de “coitadinhos”, devido às dificuldades vivenciais que a comunidade negra enfrenta. No entanto, essa sensação de piedade, em muitos contextos, apenas reforça o sentimento de inferioridade: quando tratamos alguém como “coitado”, estamos implicitamente dizendo que ele não tem como sair desse lugar. Já ouvi expressões como “não tem jeito, faz parte do mundo”, mas eu posso dizer que não sou desse mundo. De acordo com Veiga (2019):

O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo, lgbtfobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência. (p. 244)

Quando te chamam de macaco, negam-te a humanidade. Pensar criticamente sobre essa condição histórica pode ser um caminho possível para entender os déficits que marcaram a construção da identidade negra. Isso pode até dificultar a compreensão de si mesmo como pessoa em todos os âmbitos, incluindo o contato com o próprio corpo, com suas dores e limitações. Dada a narrativa histórica que construiu essa identidade de forma fragmentada e de referências negativas, há uma força implícita, mas ao mesmo tempo habituada às leis de sobrevivência. Ou seja, as necessidades básicas emocionais, nesse contexto, são negadas pelo próprio negro.

Já na década de 1950, o psiquiatra negro Frantz Fanon (2020) apontava como a sociedade colonialista incutia em pessoas negras não apenas disparidades econômicas e sociais, mas também identitárias. Hoje, é muito importante observar a presença de bonecas negras, fotos de pessoas negras em revistas, não apenas como representatividade de beleza, mas como uma valorização legítima, sem que sejam vistas como algo exótico ou meramente ligado à sexualidade. Por séculos, os negros ouviram

descrições pejorativas sobre si mesmos: seu cabelo era considerado “ruim”, seu nariz “de bolota”, sua boca “grande demais” ou “de caçapa”, e seus pés “desproporcionais, como um tijolo ou pé chato”. Podemos refletir sobre como essas descrições impactaram profundamente a maneira como os negros se veem.

Aqui surgem algumas questões importantes: quais são as vozes que uma pessoa negra ouve e segue como referência na construção de sua identidade? Essas influências contribuem ou interferem na formação de uma autoimagem aceitável no meio em que ela convive? Por fim, vale perguntar: quais foram as vozes que os brancos ouviram ao longo do tempo e que contribuíram para a formação de sua percepção de aparência e identidade? Essas questões nos ajudam a refletir sobre as diferentes trajetórias de construção de identidade e como elas são moldadas por influências sociais e históricas.

UM APELO POR ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PROFISSIONAIS NEGRAS

De acordo com McNamee, Rasera e Martins (2024, p 56),

quando entendemos que juntos construímos o mundo da terapia – seja na teoria ou na prática –, somos convidados a enxergar nossas impressões digitais nessas construções e nos perguntar como podemos contribuir para melhorar nosso trabalho. A terapia como construção social nos convida a perceber que somos responsáveis pelo mundo em que vivemos.

Esse é um convite para que, como terapeutas, reflitamos sobre nossas práticas, mas também sobre os “mundos terapêuticos” que construímos. Neste ponto, sugiro ao colega branco fazer o “teste do pescoço”. Olhe ao redor de seu meio profissional e procure: qual a proporção entre seus colegas brancos e negros? Para quantos de seus colegas negros você indica pacientes? Quantas pessoas negras há em suas referências pessoais e profissionais?

Precisamos construir espaços para que profissionais negros, em nossa área, tenham vez e voz. Nossa herança histórica racista, contudo, muitas vezes impede que isso aconteça, seja por falta de condições materiais e de acesso de pessoas negras ao ensino superior e depois a cursos de especialização e formação na área, seja por nos sentirmos isolados ou excluídos de outras maneiras nesses contextos.

A constante necessidade de validação impõe ao psicólogo negro um esforço contínuo para provar que pode ocupar os mesmos espaços que outros profissionais, apesar das barreiras sociais e raciais. Esse processo de adaptação frequentemente leva à busca por compensação, uma necessidade de fazer mais para ser aceito e reconhecido, já que não encontra reflexos de sua realidade nas práticas predominantes da psicologia. Tornar-se intelectualmente aceitável em um sistema que não reconhece sua experiência pode ser exaustivo.

Muitas vezes, até a forma como colocamos essas questões já vem carregada de preconceitos. É importante diferenciar as limitações impostas historicamente, que restringem o acesso ao desenvolvimento intelectual, de uma real incapacidade, que pode vir como visão em que a pessoa é limitada. O que, de fato, impede o avanço do negro em contextos mais intelectualizados? A reflexão sobre esses fatores não deve ser confundida com acomodação, mas sim com a necessidade de abrir novas possibilidades de diálogo e construção de acesso ao autoconhecimento.

Para mim, como mulher negra, foi importante me reconhecer em um lugar onde não precisava aceitar em silêncio o que me incomodava. Havia um medo implícito de segregação que não apenas afetava minha condição como pessoa, mas também um medo que restringia minhas oportunidades de ocupar espaços que contribuem para o crescimento pessoal e intelectual. Isso é muito diferente de se sujeitar para estar ali como intrusa; trata-se do direito de ocupar aquele espaço por luta, dignidade e igualdade.

O protagonismo da psicóloga negra é um desses aspectos que precisa de mais espaço para ser discutido. É fundamental que possamos falar sobre nossas questões sem a sensação de estar incomodando ou de ser um “excesso”. Essas vozes merecem ser ouvidas e levadas em consideração no processo terapêutico e na construção de diálogos mais inclusivos. Isso inclui a construção de bases teóricas escritas por psicólogas negras, mas também a construção de mais espaços abertos para dialogar sobre o tema do racismo na psicologia, que são ainda insuficientes.

Recordo-me de um *workshop* em Minas Gerais, em 2023, que foi uma experiência muito rica. Naquele momento, por ocasião do lançamento de seu livro “Praticando a terapia como construção social”, os facilitadores Sheila McNamee, Emerson Rasera e Pedro Martins abriram espaço para falar sobre racismo em uma perspectiva dialógica. Não se tratava de uma discussão baseada em ataques ou defesas, o que geralmente acontece, mas sim de cada um falando a partir de seu lugar de compreensão sobre o tema. Essa abertura para o diálogo foi crucial e muito emocionante, pois permitiu que diferentes experiências e perspectivas fossem compartilhadas sem a sensação de que estávamos em conflito ou lados diferentes, mas sim construindo entendimentos juntos.

Seguindo nessa ideia, podemos dizer que é importante evidenciar a questão do “lugar de fala” quando se trata de racismo (Ribeiro, 2019). Ou, em outras situações, não se trata apenas de expressar uma opinião, mas de sentir, chorar, gritar e, por vezes, errar. E tudo isso carrega um lugar não só de ataque ou defesa, mas de respeito e atenção por todas nuances envolvidas para que a construção de identidades profissionais negras seja um caminho mais possível e menos tortuoso para nós.

A TERAPIA COMO EMPREENDIMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PREFERIDAS

É necessário atenção aos desafios e questões que surgem em um processo terapêutico, especialmente para indivíduos que enfrentam questões raciais e sociais em suas trajetórias, nas quais há implicações para a sua construção de identidade. É preciso cuidado para não naturalizar processos de opressão junto às pessoas negras e, ao contrário, construir o cenário terapêutico como uma forma de resistência aos efeitos nocivos dos discursos dominantes do racismo sobre suas vidas.

O terapeuta Michael White (2012), fundador da Terapia Narrativa, argumenta que, ao narrar suas queixas, as pessoas frequentemente se veem como o problema. Nesse sentido, precisamos considerar alguns aspectos essenciais: como o cliente percebe e vive sua identidade? Que pressões e expectativas ele enfrenta devido aos padrões sociais? Como o contexto social e histórico do terapeuta afeta sua interpretação e possíveis construções dialógicas da experiência do cliente?

A partir desses pontos, podemos pensar numa perspectiva coletiva e social, refletindo sobre como o cliente percebe sua identidade e como ele está em sofrimento devido às expectativas impostas pelos padrões sociais. A seguir, deixo algumas perguntas para reflexão de terapeutas brancos, ao trabalharem com seus clientes negros: como o cliente internaliza as expectativas sociais que afetam sua autoestima e

sensação de competência? Como o terapeuta pode refletir essas narrativas limitadoras e naturalizadas pelo contexto histórico do racismo, sem estabelecer suas próprias construções, mas sim validando e legitimando a experiência vivida pelo cliente? De que maneira o terapeuta pode trazer à tona os aspectos históricos e coletivos que moldam o sofrimento, ajudando o cliente a entender que muitas das suas queixas têm raízes externas e sociais? Com essa compreensão, o terapeuta pode ajudar o cliente a externalizar o problema, promovendo um processo de reconstrução da sua narrativa pessoal, onde o cliente não é o problema, mas sim o contexto social no qual ele está inserido (White, 2012).

Certa vez, recebi um cliente negro que me relatou sobre uma experiência ruim com um terapeuta anterior, que era branco. Ao procurar esse profissional, trazendo suas dificuldades no que se refere à sua identidade profissional, ouviu: “você não tem o perfil para esta função, talvez seja melhor buscar outras alternativas”. São essas vozes sociais que podem perpetuar a dor, levando o cliente a acreditar que ele é o problema e desconsiderando o contexto em que ele está inserido. Essas questões são importantes porque refletem queixas ancoradas em um contexto macrossocial, ou seja, o sofrimento do cliente não tem referências de identidade adequadas.

No contexto do racismo estrutural e construções sociais, a identidade do homem negro pode se tornar “híbrida” na medida em que ele tenta se ajustar aos padrões dominantes de identidade, que são historicamente associados às pessoas brancas. Essa busca por uma identidade que não lhe é própria torna-se inalcançável, pois os referenciais disponíveis não refletem sua realidade e vivências. Como resultado desse tipo de processo, Fanon (2020) argumenta que a pessoa negra pode ter dificuldade em se reconhecer em identidades positivas.

Considere as seguintes falas: “esse neguinho acha que é esperto”. “Esse macaco acha que é gente, não sabe o lugar dele”. “Ela é negra, mas é inteligente”. “Você não é negra, sua pele é quase branca”. Elas constroem o cenário, em que a compreensão do negro sobre si é de que ser negro não é algo positivo e, sendo assim, quando recebemos uma pessoa negra em nossos consultórios, é comum ela não achar nenhum traço positivo em sua imagem para apreciar. Por outro lado, um terapeuta atento pode desafiar essas noções naturalizadas, por exemplo, ao questionar quanto do que uma pessoa negra considera feio sobre si mesma tem a ver justamente com seus traços negroides. O apagamento da ancestralidade negra traz um vazio existencial para o sujeito negro. A terapia pode e deve ser uma forma de resgatar identidades preferidas.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO CONVITE AO DIÁLOGO

O Construcionismo Social é uma teoria orientada por um pluralismo radical, ou seja, pela ideia de que múltiplas possibilidades de compreensão do mundo e de existência, construídas no seio de diferentes comunidades discursivas, devem ser apreciadas e encontrar espaço para conviverem. Além disso, compreende que é no intercâmbio social que nossos entendimentos sobre o mundo se dão e, sendo assim, só é possível transformar sentidos a partir da continuidade do diálogo. Para isso, somos lembrados de que o sentido das coisas está sempre em desenvolvimento. Somos convidados a contemplar uma posição de incerteza generativa, que “nos permite questionar nosso próprio pressuposto como sendo os únicos reais e válidos, e navegar por uma multiplicidade de recursos como descrições alusivas e provisórias que permitem construção da mudança” (McNamee *et al.*, 2024, p. 56).

O cenário da psicologia brasileira revela que, apesar de a população negra representar uma parte significativa do país, 63,9% das psicólogas são brancas, enquanto

apenas 26,1% se autodeclaram pardas e 8,5% pretas. Além disso, há 1,2% das profissionais que se declaram amarelas ou orientais, e outros 0,3% autodeclaradas indígenas (Sandall, Queiroga & Gondim, 2022). Gouveia-Damasceno e Zanello (2022) trazem importantes apontamentos sobre a questão. Primeiramente, a maioria dos profissionais possui uma formação e uma cosmovisão que muitas vezes invisibilizam as experiências de racialização, dificultando discussões sobre racismo e seus impactos na saúde mental das pessoas negras. Além disso, profissionais brancos podem não se perceber como racializados e, portanto, tendem a gozar de privilégios que os distanciam das questões raciais. Essa dinâmica pode levar a uma visão distorcida ou matizada sobre as experiências de clientes negros, resultando em uma minimização ou negação das questões raciais durante a terapia. As autoras chamam atenção, ainda, para como é comum que clientes negros prefiram terapeutas negros, acreditando que estes compreenderão melhor suas vivências raciais.

A possibilidade de diálogo pressupõe uma abertura para analisar suas próprias construções de mundo – como sua inserção em comunidades discursivas proporciona uma forma de ser e viver, que é marcada histórica, cultural e socialmente –, bem como para analisar construções de outras comunidades (Stewart & Zediker, 2000). Portanto, se queremos transformar nossas práticas terapêuticas em direções antirracistas, é preciso que todos – negros e não negros – olhem para suas histórias e produzam, juntos, aberturas para novas construções. Esbarramos aqui na noção do privilégio branco (Ribeiro, 2019).

Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado na negritude. Todos temos lugar de fala, pois todos falamos a partir de um lugar social (Ribeiro, 2019). É essencial que nós, psicólogos, criemos espaços seguros em que o negro não precise se desculpar por falar de seus incômodos, para discutir e refletir sobre essas experiências, acolhendo e validando os sentimentos e reações de quem enfrenta essa violência.

Considerando que seu próprio lugar nunca foi questionado, a pessoa branca ouvinte também pode não acessar esse lugar de conscientização. De quem é essa dívida? Histórica, política ou social? Onde colocar a culpa, quando esse assunto pode ser tão incômodo? Como fazer para fazê-lo migrar desse lugar de verdades endurecidas para um diálogo mais inclusivo? Como construir um intercâmbio e transitar por essa ponte de diálogo para promover reflexões que não sejam defesas ou ataques?

Pensemos mais profundamente sobre a frase “não sou racista”. Ao que ela serve? Se pensarmos no racismo como um fenômeno estrutural – um discurso dominante que informa e limita nossas possibilidades de existir no mundo –, perceberemos que não é possível participar do tecido social nesta sociedade sem considerar a questão racial. Aos terapeutas brancos, fica o questionamento: será que, fazendo essa afirmação, pode-se estar isentando de fazer parte de uma sociedade que, historicamente, sempre beneficiou o não negro com acesso a oportunidades? Será que reconhecer esse sistema e buscar maneiras de agir ativamente pode ajudar e ser essencial para contribuir com a conscientização e uma transformação social? O ouvinte, quando constrói esses questionamentos, já estabelece uma ponte. Combater o racismo exige não apenas conscientização e denúncias, mas também um esforço coletivo e dialógico entre ambos, negros e brancos.

A terapia como construção social nos convida a perceber que somos responsáveis pelo mundo em que vivemos. Isso nos coloca em condições de estar atentos a todos os nossos movimentos, pois sabemos que eles participam da coordenação de ações que criam determinadas realidades e restringem a possibilidade de outras (McNamee *et al.*, 2024, p.56).

Segundo Western (2020, sem página):

A negação é essencial para a continuidade do racismo. Ele só consegue funcionar e se reproduzir sem embaraço quando é negado, naturalizado, incorporado ao nosso cotidiano como algo normal. Não sendo o racismo reconhecido, é como se o problema não existisse e nenhuma mudança fosse necessária. A tomada de consciência, portanto, é um ponto de partida fundamental.

Dialogar sobre essas diferenças é essencial para criar um espaço de reflexão e aprendizado. Conscientizar aqueles que reproduzem comportamentos racistas sem perceber pode ser uma maneira eficaz de iniciar mudanças. O uso de ferramentas como a educação, a empatia e o compartilhamento de experiências de vida são fundamentais nesse processo.

Além disso, é imprescindível que se explorem novos caminhos para a atuação dos terapeutas, especialmente considerando que a psicologia tradicional e suas áreas correlatas são predominantemente compostas por profissionais brancos. Muitos programas de formação de terapeutas frequentemente não priorizam discussões aprofundadas sobre racismo, abordando o tema de forma superficial ou genérica. Nesse contexto, é fundamental que os terapeutas desenvolvam uma consciência e sensibilidade racial.

Nesses contextos, a todo momento, o preconceito racial é demonstrado e sentido diante de nós, porém, como se reveste de certa tolerância, nem sempre é possível perceber até onde há intenção de humilhar. De certa forma, algumas dessas manifestações já foram incorporadas como parte de nós. Quando, entretanto, a agressão aflora, manifesta-se uma violência incontida por parte do branco e, mesmo nessas ocasiões, pensamos duas vezes antes de reagir, por medo das consequências ou de não sermos acreditadas.

No consultório, é comum ouvir relatos do sujeito negro de desistência de levar situações que o incomodam adiante, tanto no contexto pessoal quanto profissional, evitando o enfrentamento, com receio de sofrer exclusão, perseguição, retaliação. Existe também o medo real de exclusão quando o racismo é trazido à tona em círculos de amizade e profissionais onde o tema nunca foi discutido. Isso pode gerar uma segregação. Nesse caso, em alguns contextos, percebe-se que o povo negro só se vê falando apenas para outros negros, limitando sua presença em espaços de privilégio social, muitas vezes dominados pela maioria branca. Há o receio de ser afastado pelos amigos brancos, cujas reflexões sobre as situações cotidianas não tendem a ser tão frequentes. O desafio é de como manter essas amizades e, ao mesmo tempo, criar uma troca de compreensão sobre o racismo. Considero importante apoiar esses amigos a entenderem melhor a questão, mesmo que inicialmente não saibam como agir. O primeiro passo é promover uma escuta mais acolhedora, abrindo espaço para diálogos honestos, onde a troca de experiências e percepções permita que ambos cresçam e se conectem de forma mais profunda.

Chamo aqui a atenção para a importância de mantermos diálogos matizados, ou seja, que contemplem as nuances da experiência humana. Ribeiro (2019), por exemplo, diferencia dois tipos de racismo e de suas manifestações. De um lado, o racismo como uma doença social, no qual as pessoas demonstram hostilidade ativa e consciente em relação a outras raças; de outro lado, há o que a autora chama de um racismo inconsciente, no qual as pessoas podem agir de maneira discriminatória por conta das normas sociais, estereótipos internalizados ou falta de conhecimento sobre a questão racial. Para esses indivíduos, o desafio é promover a conscientização e ajudar a desconstruir essas crenças.

Meu interesse está em participar desses diálogos, não em um lugar de convencimento, mas de construção; afinal, pode ser fácil cair na armadilha da polarização. A raiva e a frustração podem levar a um ciclo de ataque e defesa, que consome energia e dificulta a construção de um diálogo significativo, usando o entendimento do construcionismo. Gergen e Gergen (2010) sugerem que, ao reconhecer as limitações de nossa própria compreensão e a necessidade de questionar nossas crenças, podemos abrir espaço para diálogos mais produtivos e menos defensivos. Isso é crucial para evitar que discussões sobre racismo se tornem apenas confrontos e virem oportunidades para crescimento mútuo.

O diálogo sobre racismo precisa ser acolhedor e acessível, permitindo que todos os participantes se sintam ouvidos e compreendidos. O Construcionismo Social oferece uma base teórica para entender como essas conversas podem ser conduzidas de forma que construam novos entendimentos e desafiem as narrativas preconcebidas. Para que o diálogo sobre racismo seja verdadeiramente transformador, é necessário criar espaços onde as vozes negras não sejam apenas ouvidas, mas onde suas experiências e sentimentos possam ser compreendidos e respeitados. Experiências construcionistas sociais de diferentes práticas de base comunitária, sejam elas com foco terapêutico (Grandesso, 2015; Holzman & Mendez, 2003) ou da construção de diálogo em situações de conflito (Rasera, 2020), podem ser inspiradoras para pensarmos, também, possibilidades de ação dialógica diante de contextos inter-raciais.

Metaforicamente, a imagem de uma ponte representa a conexão entre comunidades, permitindo que ganhem tempo em nossas travessias e exploremos territórios desconhecidos. Construir pontes é, portanto, criar oportunidades de transitar com leveza entre diferentes realidades. Essa construção social é complexa e beneficia tanto quem expressa quanto quem recebe.

Ao falarmos em estabelecer essas pontes entre locutor e ouvinte, estamos possibilitando que pessoas brancas e negras dialoguem sobre suas crenças e dúvidas. Esse diálogo é essencial para que possamos entender o contexto do racismo, que mina e afeta a vida em sociedade. O sofrimento de uma pessoa negra não é um problema isolado, ele nos toca a todos. O convite é que precisamos, então, criar essas pontes dialógicas para superar obstáculos e garantir a continuidade da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei discutir, neste artigo, entre experiências pessoais e reflexões teóricas, como o Construcionismo Social pode abrir diferentes caminhos para abordar questões de preconceito e racismo. Ao fomentar diálogos que valorizem as experiências e identidades dos indivíduos como parte de contextos sociais mais amplos, podemos promover uma compreensão mais profunda e empática, essencial para a construção de relações respeitadas e para a transformação social.

Sou aqui orientada por uma ética do potencial discursivo, ou seja, uma ética que busca expandir “o potencial do cliente e do terapeuta para transitar entre discursos alternativos, criando assim entendimentos e novas formas de permanecer juntos” (McNamee *et al.*, 2024, p. 148). A possibilidade de mudança reside em processos contínuos e não em agentes individuais, especialistas ou técnicas testadas. Não se trata de uma batalha entre teorias ou modelos, mas de uma ética relacional que nos direciona a criar oportunidades para conversas diversas, construídas a partir da curiosidade. Essas conversas devem considerar a coerência local, incluindo histórias, culturas e valores, para evitar julgamentos. Essa abordagem examina como nossas práticas e pressupostos abrem ou fecham possibilidades de mudança. Ela reconhece

que a transformação é um processo complexo, que deve ser sensível às diferenças, em vez de buscar soluções simples ou universais (McNamee *et al.*, 2024).

Quando conto minha história, reflito sobre como ela poderia ter sido diferente. Se, por acaso, na época da chegada dos navios que trouxeram o povo negro, tivéssemos tido as mesmas oportunidades que os imigrantes brancos, a história poderia ser outra. Mas, como nos lembra Gergen (1999, p. 49), “o passado não garante nada (*sic*)”. Conhecer *como as coisas foram construídas* nos permite enxergar nossas próprias marcas em sua manutenção no momento presente. Se podemos agir para manter uma sociedade racista, podemos também agir para transformá-la.

Nesse contexto, é essencial promover conversas que não apenas reconheçam as desigualdades estruturais, mas que também incentivem a reflexão sobre como podemos trabalhar juntos para criar um futuro mais equitativo. Como psicóloga negra, ao escrever este artigo, estou interessada em falar dos laços que nos unem como profissionais. No entanto, é preciso ir além das críticas solitárias. Esse é o convite que faço: Precisamos construir juntos, de forma coletiva, como profissão, espaços de reflexão e ação em direção a práticas terapêuticas sensíveis às histórias de racismo vividas pelas pessoas – profissionais e clientes – e compromissadas em transformá-las de maneiras mais justas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaira.
- Anderson, H. (2016). Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 49–54.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dicio: *Dicionário online de português*. (2024). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/identidade/>. Acesso em 25 de maio de 2024.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Franceschi, N. C. S., & Santos, D. K. (2022). Efeitos dos padrões estéticos da branquitude e do racismo nas experiências de mulheres negras. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(72), 82-99. DOI: <https://www.doi.org/10.38034/nps.v31i72.663>.
- Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: Sage.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: Primeiro Leilão de Cativos em Portugal até a Morte de Zumbi dos Palmares* (vol. 1). Rio de Janeiro: Globo livros.
- Gouveia-Damasceno, M., & Zanello, V. M. L. (2022). Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. *Revista da ABPN*, 14(41), 317-342.
- Grandesso, M. (2015). Integrative Community Therapy: A collective space of dialogical conversation and collaborative exchanges. In E. F. Rasera (Ed.) *Social constructionist perspectives on group work* (pp.123-133). Changrin Falls, OH: Taos Institute Publications.
- Harré, R., & van Langenhove, L. (Eds.) (1999). *Positioning theory: Moral contexts of intentional actions*. Oxford: Blackwell.
- Holzman, L., & Mendez, R. (2003). *Psychological Investigations: A clinician's guide to social therapy*. New York: Brunner-Routledge.
- McNamee, S., Rasera, E. F., & Martins, P. (2024). *Praticando a Terapia Como Construção Social*. São Paulo: Instituto Noos.

- Rasera, E. F.** (2020). Construcionismo social e trabalho comunitário: Conflito, diálogo e participação. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32219692>.
- Ribeiro, D.** (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sandall, H., Queiroga, F., & Gondim, S. M. G.** (2022). Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhas sobre o presente para construir o futuro. Vol I: formação e inserção no mundo do trabalho*. Brasília: CFP.
- Stewart, J., & Zediker, K.** (2000). Dialogue as tensional, ethical practice. *Southern Communication Journal*, 65, 224-242.
- Veiga, L. M.** (2019). *Descolonizando a Psicologia: Notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia*, 31(esp.), 244-248.
- Western, R.** (2020). Negro continuara sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista dizem especialistas. Agência Senado, São Paulo, 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em 23 de setembro de 2024.
- White, M.** (2012). *Mapas da Prática Narrativa*. Pacartes.
-

AGRADECIMENTO

Quero expressar minha profunda gratidão a Pedro Martins que, com sua habilidade de ver além das palavras, tornou possível a realização deste artigo.

JOANA JOSÉ ALVES

Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista. Terapeuta de casal e família pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Presidente da Anexa-NUFAC (Gestão 2023/2024).

E-mail: alvesjoanajose@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6224-6615>